

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

1. Contextualização Política:

Mais de um ano depois da chegada do memorando da Troika e do FMI a Portugal, o resultado não poderia ser mais assombroso do que aquele que poderíamos esperar. A ideia de que os nossos pais e avós andaram a viver acima das suas possibilidades tem cada vez menos poder quando é sempre aos/às mais pobres que é exigido o pagamento da dívida portuguesa.

O pagamento desta dívida, que não se deve a nós, que cabe aos Donos de Portugal, tem conduzido ao progressivo aumento do desemprego, das condições precárias de trabalho, das privatizações, dos cortes nos bens e serviços públicos, do empobrecimento e ao maior assalto austeritário desde que há memória na história da Segunda República em Portugal.

Cada vez mais é apresentado aos/às jovens um futuro doloroso. Aqueles/as que concretizaram a oportunidade de estudar deparam-se, não raras vezes, com situações prolongadas de desemprego; com estágios atrás de estágios não remunerados, ou remunerados abaixo das suas qualificações. Este governo não oferece garantias àqueles/as que são o futuro do país e a geração mais qualificada, contudo, a mais atingida pela precariedade e pela ditadura da dívida. Pisam o estado social preparando a pouco e pouco a sua refundação, que não é mais que a sua destruição a sangue frio, rasgando os princípios da Constituição de 1976.

Não esqueçamos, contudo, tantos/as outros/as jovens que não terão, sequer, a possibilidade de prosseguir os seus estudos por falta de apoio financeiro. Porque, nas famílias, o desemprego é real e um empréstimo não seria opção. Porque a gestão do orçamento familiar não pode ser alvo de mais cortes.

Em discussão recente, o Orçamento de Estado para 2013 propõe ainda mais cortes, iludindo a si próprio, com a propaganda de que com menos se faz mais. Mais sacrifícios para quem já não tem por onde acrescentar furos ao cinto. Cortes nos salários, nos benefícios da Segurança Social, no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, na Educação. Aumento do valor dos impostos e das taxas a pagar pelos/as contribuintes, deixando a descoberto uma possibilidade de as grandes fortunas se manterem intocáveis.

O Bloco de Esquerda mantém como propostas alternativas de combate à austeridade a auditoria à dívida reclamada, para consequente renegociação, e o

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

rompimento total com o memorando da troika. O discurso de culpabilização dos que todos os meses contam os tostões para viver já não pega nos/as portugueses/as. Uma mudança no pensamento da população mais empobrecida tem dado provas de acontecer, não fosse a manifestação de 15 de setembro, a maior desde o 1.º de maio de 1974, e a Greve Geral de 14 de novembro terem trazido para as ruas o descontentamento de milhares de pessoas em todo o país. Cortes nos salários dos/as trabalhadores/as implicam uma redução do orçamento familiar, tendo como consequência um menor poder de investimento na educação dos/as jovens por parte das respetivas famílias. Assim, é essencial que todo o setor estudantil do Bloco de Esquerda se associe ativamente na mobilização e participação nas greves gerais, cuja contestação incide nas medidas de austeridade sobre o contexto laboral.

A contestação da austeridade começa a surgir num movimento de revolta de quem não tem mais que temer, de quem não se conforma com a injustiça social que sente todos os dias na pele, fazendo com que o medo passe para o lado do governo. Os/as militantes do Bloco de Esquerda têm, nesse sentido, um papel fundamental na orientação deste movimento, sem opressões ou diretrizes hierárquicas.

Ouvir o/a nosso/a colega do lado, perceber quais são as suas preocupações, discutir ideias, adaptar o nosso discurso para que as nossas propostas possam polinizar-se, enraizar-se e crescer fortemente no dia a dia dos/as portugueses/as. É aqui que os/as jovens têm um papel basilar. Serão eles/as quem possui convivência mais alargada no espectro de idades: recentemente terminaram o ensino obrigatório, onde se pretende ir buscar um maior envolvimento e politização desde cedo; estão no ensino superior, em que poderão experimentar um novo ciclo de militância; e brevemente darão entrada no mercado de trabalho, dando lugar à luta constante por melhores condições de emprego e qualidade de vida.

Confiamos nos/as jovens o profícuo esforço de dar lugar a uma inovação renovada da alternativa de esquerda no combate à crise, na luta contra a austeridade, com a integração de uma política anticapitalista, feminista e ecologista, em que todos/as se sintam apoiados/as e responsáveis por um futuro promissor.

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

2. Ensino Secundário:

A agenda neoliberal que tem vindo a ser implantada no ensino tem falhado na sua promessa de diminuir as diferenças sociais. Esta situação é facilmente demonstrada quando se vê os seguintes números: 75% dos/as filhos/as de pessoas com graves dificuldades financeiras continuam na mesma situação que os seus familiares e há cerca de 38% de abandono escolar até ao ensino secundário (contra 15% na União Europeia). Falando a outro nível, esta agenda tem vindo a destruir a escola pública que é uma das maiores conquistas dos Estados Sociais, pois um país com taxas de sucesso escolar extremamente baixas não é um país verdadeiramente democrático.

Efetivamente, as sucessivas políticas educativas no nosso país têm vindo a contribuir para a desfiguração e ruína quase eminente das escolas públicas.

É assim necessário encontrar soluções que permitam curar as deficiências do ensino, tanto a nível económico como a nível social.

A nível geral, as escolas públicas têm grandes vantagens, visto que os/as alunos/as ficam bem preparados/as para o ensino universitário e, conseqüentemente, têm uma maior probabilidade de serem competitivos/as no mercado de trabalho. Porém, muitas vezes, surgem notícias que demonstram o contrário, uma vez que os sucessivos Governos têm optado por uma situação diferente. Estas situações que tão prontamente contrariamos são os cheques de ensino, ou seja, o Estado em vez de pagar o ensino obrigatório de cada aluno/a numa escola público paga-o numa escola privada. Esta opção coloca em causa todas as escolas públicas e o trabalho dos seus/suas professores/as, pois sugere que as escolas públicas não têm capacidade para dar uma preparação de excelência aos/às seus/suas alunos/as. Surge ainda outro problema com a escolha desta política: a eliminação de muitos postos de trabalho, tanto de professores/as como de funcionários/as, visto que os próprios/as alunos /as escolhem ser transferidos/as para colégios financiados pelo Estado (o que evidencia um paradoxo por parte dos nossos governantes).

Por outro lado, mas não menos importante, a compra de livros escolares pelos/as alunos todos os anos representa uma grande fatia dos orçamentos familiares no início do ano letivo. No nosso país, as editoras têm o monopólio sobre o mercado dos livros escolares, por isso impõem a necessidade da compra de novos manuais todos os anos,

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

em vez de se incitar a preservação dos livros para os/as alunos/as do ano seguinte, promovendo a poupança, a estima e a partilha. Este é um sistema que é funcional e a que facilmente os/as alunos/as se adaptam porque já está em vigor em muitos dos países do norte da Europa. Esta medida permite uma poupança acentuada das famílias portuguesas numa altura de crise económica.

Cada vez mais nas escolas se veem alunos/as com algumas possibilidades financeiras a ter explicações das várias e diversas disciplinas e, em alguns dos casos, a ter mais que uma explicação por disciplina. Esta situação é algo de preocupante para Portugal e para promover a igualdade na sociedade. Por um lado, está a ser promovida a desigualdade entre os/as alunos/as, uma vez que os/as que não têm posses para pagar estas ajudas extracurriculares podem ficar em desvantagem em relação a outros/as alunos/as, pois não têm o mesmo apoio, a mesma motivação e o mesmo acesso a materiais necessários para uma melhor compreensão e aprendizagem das matérias lecionadas. Por outro lado, esta mesma situação pode colocar em causa o sistema de ensino, pois a própria utilização crescente de explicações pode ser uma comprovação da má lecionação dos professores/as e, por conseguinte, da própria incompetência do ensino público português, evidenciando, por sua vez, falhas nos programas e métodos de ensino português.

A consciencialização da maioria dos/as alunos/as do ensino secundário para a atual conjuntura económica e social portuguesa, europeia e mundial deixa muito a desejar. Sendo esses/as mesmos/as alunos/as, inevitavelmente, o futuro do país, é necessário que tomem consciência rapidamente da realidade em que vivem e que ganhem a capacidade de dominar os temas atuais de forma a ser-lhes possível prepararem-se para assumir o seu papel renovador e interventor da sociedade tanto a nível nacional como internacional. Desta forma, está nas nossas mãos assegurar que lhes são fornecidas essas mesmas informações, organizando palestras e/ou debates que iriam incidir sobre as problemáticas atuais e que, sempre que possível, contem com a colaboração de diversas personalidades de maneira a fomentar o próprio interesse dos alunos/as.

Por outro lado, a falta de conhecimento político por parte dos/as alunos/as do secundário contribui para uma desarmação da população futura portuguesa face às facções políticas, pondo em causa o bom funcionamento da democracia. Desta forma, é necessário fornecer-lhes armas e conhecimento político através da criação de situações

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

de debate nas escolas sobre temas que são queridos aos/às alunos/as do secundário e, em conjunto com o parágrafo anterior, permitir que dominem todos os lados de uma mesma questão formando uma opinião consciencializada sobre diversos temas e, crescendo, desta forma, como cidadãos/ãs ativos da sociedade.

Numa nota mais particular, a difusão do setor juvenil do Bloco junto da população estudantil secundária não foi evidente e muito menos suficiente nos anos transatos, sendo necessário tomar uma posição mais ativa junto a esta problemática, não só através dos dois parágrafos anteriores como também pela organização de eventos que contenham a participação de membros e simpatizantes do Bloco. No entanto, a difusão desses mesmos eventos tem que ser evidente e clara, sendo absolutamente necessário chegar aos/às alunos/as nas próprias escolas, não só via internet.

Em suma, porque queremos fazer parte da resposta emancipatória, empenhamo-nos na construção desta moção, que promove a escola pública pela igualdade e pela democracia, pois acreditamos que é possível dar ao futuro deste país um ensino público que prima pela qualidade do ensino, pela preocupação com todos os/as alunos/as e pela igualdade de oportunidades para todos/as, visto que acreditamos que o caminho para mudança do panorama económico e social passa por uma aposta na educação que tem de ser começada ainda no ensino obrigatório.

3. Ensino Superior:

Os dados comprovam-no: o projeto democrático do Ensino Superior soçobrou sob o peso titânico das medidas socialmente insensíveis de um Governo cada vez mais isolado, que já não esconde as suas intenções relativamente à destruição do Estado Social. A escola superior pública é apenas mais uma vítima do ajuste de contas da direita com as políticas sociais.

Entre 2005 e 2012 as universidades sofreram cortes de cerca de 144 milhões de euros, pondo em risco postos de trabalho, qualidade de ensino e de serviços. Segundo dados do Ministério da Educação e Ciência, 4499 alunos anularam, em 2012, as suas matrículas, o que se explica facilmente quando consideramos que, no ano letivo correspondente, uma família com apenas um/a filho/a no Ensino Superior gastou em média 5841 euros. Portugal é colocado, pela OCDE, no 'ranking' dos países com as propinas mais elevadas da Europa, sendo o país que na última década quadruplicou (de

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

7,5% para 29,1%) o esforço financeiro de estudantes e famílias no orçamento global do Ensino Superior.

Na Universidade de Coimbra, o valor total da propina de primeiro ciclo a tempo integral aumentou de 1019,72 € para 1037,20€, no presente ano letivo. Com a entrada em vigor do Processo de Bolonha (3 anos de licenciatura, 2 anos de mestrado) não existe sequer teto máximo definido para as propinas no segundo Ciclo. Para um ensino que se quer público e tendencialmente gratuito, é irresponsabilidade pura a exigência de tal sacrifício financeiro a famílias que o OE 2013 vem desproteger ainda mais, a braços com o desemprego e a precariedade, num país a saque pelos interesses neoliberais, onde o argumento do regresso aos mercados justifica até as mais gritantes iniquidades sociais. O abandono é consequência evidente, um Ensino Superior de elites o resultado. Com as novas restrições à atribuição de bolsas de estudo e o desinvestimento por parte do Estado no Ensino, aliados a um aumento inoportável das propinas, para muitos/as estudantes que se recusam a desistir do seu futuro a única saída é o crédito.

Segundo um estudo de investigadores do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, coordenado por Luísa Cerdeira, uma família portuguesa gasta mais de 63% do seu rendimento para pagar os estudos de um/a filho/a que frequente o ensino superior. O endividamento faz parte do currículo de muitos/as jovens que mesmo antes de terminarem as suas licenciaturas se veem sufocados/as por uma dívida soberba que têm de pagar no período máximo de um ano após concluírem os estudos, situação praticamente impossível para a maioria, uma vez que no terceiro trimestre deste ano a taxa de desemprego jovem – faixas etárias entre os 14 e os 25 anos – atingiu um novo recorde de 39%. Cerca de 12 mil estudantes devem já 200 milhões de euros à banca e esbarram assim com um futuro hipotecado.

A juntar a todas estas dificuldades, soma-se mais uma: a nova lei do arrendamento urbano, em vigor desde 12 de novembro de 2012, que pretende uma liberalização deste mercado. Os objetivos de um ajustamento de rendas proposto pelos senhorios e a facilidade nos despejos em caso de incumprimento atiram as Repúblicas de Coimbra para a corda bamba, comprometendo a sua sobrevivência e o teto que abriga centenas de estudantes que habitam nestes espaços.

Urge, assim, apostar na ação social escolar, como o caminho de equidade e equilíbrio para os estudantes do Ensino Superior. Marcado pelo cada vez mais evidente elitismo, é necessário garantir a igualdade àqueles que desejam ingressar no Ensino

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

Superior e não têm as condições socio-económicas necessárias para o fazer. É este o papel da ação social, o de equilibrar este panorama. Todavia, este equilíbrio não pode surgir como uma “caridadezinha”, há que atentar à dignidade necessária que um/a estudante necessita para se adaptar ao meio universitário.

Contudo, nos últimos anos a ação social escolar tem sido marcada por uma deterioração cada vez mais visível, atirando centenas de estudantes para fora do Ensino Superior. Os dados são públicos e como já foi referido comprovam-no. Desde a ação social direta que se prende com as bolsas de estudo à ação social indireta que envolve os serviços de alimentação, os serviços médicos e os/as alojamentos/residências. Em tudo é notória a perda de investimento, a perda de qualidade e a perda de equidade. Há questões prementes aos olhos de todos e a que a ação social deveria atentar por um maior equilíbrio. Ora, veja-se: milhares de estudantes que perderam a sua bolsa de estudo devido ao novo regulamento de atribuição de bolsas escrito numa lógica tecnocrata; outros tantos são os estudantes que dependem dos serviços médicos e que os veem com cada vez menos qualidade e cada vez mais e entupidos; mais uns milhares percebem hoje que os 2,40€ que pagam pelo prato social já não representa o social, per si; e, muitos outros, dependem das residências e são obrigados a lidar com condições infraestruturais cada vez mais eminentes. É este um panorama crítico e que espelha as limitações atuais da ação social escolar.

Há, ainda, que atentar ao seguinte facto: se o Governo começa por optar por seguir uma política de cortes graduais nos Serviços de Ação Social Escolar, não será esta uma motivação para aumentar ainda mais as propinas? Assim, porque queremos contrariar esse pensamento e queremos uma resposta negativa a esta questão, apresentamos esta moção.

Pela defesa do Ensino Superior público, gratuito e democrático. Um Ensino Superior que atente aos/às seus/suas estudantes e não às estruturas de poder instituídas. Um Ensino Superior menos elitista e mais equilibrado. Um Ensino Superior com mais ação social escolar e com mais dignidade para os/as seus/suas estudantes. Este ataque cerrado exige pois, de nós, a necessidade de equipar o setor estudantil com instrumentos ideológicos capazes de incentivar à luta e à ultrapassagem de dogmas hegemónicos incapacitantes. É este o nosso compromisso.

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

4. O governo de esquerda começa aqui:

Os dias que vivemos são históricos. As políticas de austeridade sucedem-se, caminhamos de corte em corte, de imposto em imposto, rumo à bancarrota. Pelo meio fica a destruição, daquilo que foram as conquistas de abril: a saúde, a educação, a segurança social, os direitos laborais, entre outros.

O Bloco propõe uma alternativa: um governo de esquerda. Esse projeto começa agora e depende de todos/as, na escola e nas faculdades. O setor estudantil tem um longo caminho a percorrer em Coimbra, disputando um espaço político que permita a agregação de maiorias sociais, que culminem no governo de esquerda.

A classe estudantil é um dos setores da sociedade mais fustigados pela austeridade: sofremos com a quebra de rendimentos das nossas famílias, com os cortes nas bolsas e nos serviços sociais, com o subfinanciamento das escolas e das universidades. Temos razões que cheguem para dizer basta.

Queremos assim consciencializar uma geração: para a política, para a democracia, para a vida. Para isso teremos de ser mais ativos/as, criando espaços de debate e de formação política, alargando a nossa base de militância e capacidade de influência.

O próximo mandato da coordenadora distrital será decisivo, no peso que o Bloco de Esquerda poderá vir a ter, tanto no espaço estudantil, como na própria cidade e região. Aos acontecimentos políticos que se sucedem de dia para dia, acresce uma mudança geracional no seio dos nossos quadros. Reativar o ativismo no setor secundário é uma prioridade desta moção, seguindo o esforço que está a ser feito nesse sentido por todo o setor estudantil. É um grande desafio, que irá exigir esforço, militância e muita organização de todos/as os/as camaradas.

5. Plano de Ação:

- Proporcionar um debate com Fernando Rosas, com data prevista para abril de 2013, aberto para toda a comunidade estudantil, mas incidindo sobre os estudantes do ensino superior;

OS ESTUDANTES NA LUTA TODA

- Organizar um debate com Catarina Martins, com data prevista para fevereiro de 2013, aberto a toda a comunidade estudantil, mas incidindo sobre os estudantes do ensino secundário;
- Organizar uma festa LGBT, aquando da semana da marcha pela cidade de Coimbra pelos direitos LGBT (17 de maio).

6. Lista:

a. Efetivos:

- i. Rute Simão
- ii. João Cosme
- iii. Carla Correia
- iv. Robert Martins
- v. Lídia Pereira
- vi. Diogo Barbosa
- vii. Ana Morais

b. Suplentes:

- i. André Rei
- ii. Inês Avelãs Nunes
- iii. Leonardo Torres
- iv. Mariana Rodrigues
- v. Tiago Santo
- vi. Inês Grilo

7. Subscritores:

Rute Simão, João Cosme, Carla Correia, Robert Martins, Lídia Pereira, Diogo Barbosa, Ana Morais, André Rei, Inês Avelãs Nunes, Leonardo Torres, Mariana Rodrigues, Tiago Santo, Inês Grilo.

Representante da lista na Comissão Eleitoral:

Rute Simão: rutesimao_7@hotmail.com